

Emília propõe amplo debate sobre privatização da Vale

Descoberta de reservas minerais e questionamentos a respeito do preço da venda tornam necessária uma reavaliação da estratégia do governo, segundo a senadora



Lúcio Alcântara

Vida das crianças melhorou, constata Lúcio Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou ter havido, nos últimos anos, uma sensível melhora nas condições de vida da população infantil do País e, em especial, do Nordeste. Essa região, conforme o senador, registrou a maior queda nos índices de desnutrição entre as crianças. Ele baseou-se em dados do relatório da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS-1996), patrocinada pela Benfam, com apoio do IBGE.

Para Alcântara, apesar das imensas desigualdades sociais entre as diversas regiões brasileiras, o sucesso das medidas contra a desnutrição infantil indica que o Brasil está resgatando uma parte importante da sua dívida social e investindo no futuro.

Segundo Lúcio Alcântara, os números do relatório mostram que houve no Brasil, a partir de 1989, um declínio de 19,7% das taxas de desnutrição infantil. O Nordeste, que antes apresentava "melhoras mais lentas", quando comparados os índices do País, teve, nesse período, uma queda de 35,1% na taxa regional de desnutrição.

A recente descoberta de ouro e cobre na Serra de Carajás e os inúmeros questionamentos feitos sobre o preço de venda da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) justificam que o governo reavalie sua posição de privatizar a empresa, afirmou ontem a senadora Emília Fernandes (PTB-RS).

Ela defendeu o direito de o Congresso manifestar-se sobre o tema e propôs um grande debate nacional em torno do assunto, com ampla divulgação pela TV Senado e demais instrumentos de comunicação do Congresso Nacional.

Segundo a senadora, o governo não deu resposta cabal aos principais argumentos contrários à privatização da Vale. A opinião pública brasileira continua sem saber qual o valor real da empresa e qual o volume de suas reservas minerais, acrescentou. Ao valor de US\$ 10 bilhões, apontado pelo governo, já foi contraposto o de US\$ 1,7 trilhão, "valor infinitamente superior e nunca questionado pelas autoridades", disse.

Para Emília Fernandes, a

Exploração de floresta preocupa Benedita da Silva

Senadora Benedita da Silva solicita informações ao governo sobre áreas florestais que podem ser exploradas pela iniciativa privada, conforme estudo em andamento no Ministério do Meio Ambiente. **Página 3**



Emília Fernandes

falta de informações fidedignas e as novas descobertas tornam o aqodamento do governo incompreensível. Ela concordou com pronunciamento de dom Luciano Mendes, em debate realizado na Comissão Brasileira de Justiça e Paz, segundo o qual "não se pode, eticamente, falar em nenhuma operação de venda, nem de cessão de direitos", enquanto o valor da CVRD não for real e transparentemente conhecido. A senadora também concordou com o ex-vice-presidente da República Aureliano Chaves, para quem o subsolo de um país faz parte de sua soberania como Estado.

Plenário discute efeito vinculante de súmula do STF

Entre matérias na pauta desta semana está a proposta de emenda sobre decisões do STF e a redução de multa de 2% por atraso no pagamento de impostos. **Página 2**

Em aparte, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) considerou que os bens estratégicos produzidos pelos países deslocaram-se das áreas minerais para a de informática e que a privatização da Vale insere-se nessa tendência. Ele contestou que, ao vender a Vale, o governo esteja entregando as riquezas do País ao estrangeiro, como apregoa "um raciocínio ingênuo, ligado a uma visão paranoica da História".

Para Artur da Távola, que disse concordar com a necessidade de aprofundar o debate sobre o tema, o "governo de Fernando Henrique é muito fraco do ponto de vista da comunicação" e não difundiu suas razões.

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA), por sua vez, discordou de Távola quanto à incapacidade de o governo se comunicar, dizendo que a propaganda da reeleição ocupa rádios, tevês e jornais. Em relação à Vale, Cafeteira disse que, no futuro, quando se verificar o prejuízo decorrente da venda da empresa, os responsáveis serão devidamente julgados.

Bernardo Cabral presta homenagem a Barbosa Lima

Ao celebrar os 100 anos do jornalista, advogado e político Barbosa Lima Sobrinho, o senador Bernardo Cabral lembrou a luta do ex-presidente da ABI em defesa dos direitos humanos.

Página 4

Nabor garante apoiar candidato de seu partido

Com a afirmação de que em nenhum momento admitiu analisar alternativas à decisão da bancada do PMDB, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) desmentiu ontem afirmação da revista *Veja* desta semana de que integraria a chapa do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) na eleição para a Mesa do Senado.

— Não fui procurado por Antonio Carlos Magalhães para integrar sua chapa. Jamais cogitei apoiar qualquer candidato, que não o do meu partido, para a Presidência do Senado Federal, assim como não postulo retornar à Segunda Secretaria, pois meu candidato é o senador Flaviano Melo — ressaltou.

Para Nabor, “qualquer versão em contrário é fruto da mais absoluta desinformação ou de manobra fática em face da disputa da eleição da Casa”. Em aparte, ACM afirmou que nunca tratou do assunto com Nabor Júnior. Por sua vez, Ademir Andrade (PSB-PA) solidarizou-se com o senador pelo Acre. Para Bernardo Cabral (PFL-AM), tal notícia tenta desmoralizar o Legislativo.



Nabor Júnior

Plenário começa a discutir hoje efeito vinculante no Judiciário

Proposta de Ronaldo Cunha Lima tem o objetivo de desafogar o Supremo, que chega a examinar cerca de 25 mil processos ao ano

O plenário do Senado tem esta semana uma extensa pauta para discussão e votação. A jornada começa com sessão deliberativa extraordinária na manhã de hoje, às 11h, e termina com a sessão deliberativa ordinária de sexta-feira (dia 24), às 9h.

Entre as matérias que serão discutidas, está a proposta de emenda constitucional, de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), estabelecendo que as decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), após sumuladas, produzirão eficácia e efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo. A matéria entra hoje na primeira de um total de cinco sessões regimentais de discussões a que terá de ser submetida em primeiro turno.

Segundo o parecer proferido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), favorável à proposta, a medida pretende dar um sentido uniforme à prestação jurisdicional no País, desafa-



Ronaldo Cunha Lima



Francelino Pereira

gando o STF, “que chega a examinar cerca de 25 mil processos por ano, quando a Suprema Corte dos Estados Unidos, por exemplo, julga no máximo 500 processos no mesmo período”.

Amanhã (dia 22), o plenário vota, em turno único, dois projetos de autoria do senador Francelino Pereira (PFL-MG), modificando o Código Tributário Nacional para estabelecer a cobrança de 2% de multa de mora no pagamento de obrigação tributária. Para o senador, o alcance da Lei 9.298, que estabelece a multa de 2% para

inadimplentes de contratos comuns, deve estender-se aos tributos federais e contribuições.

Da pauta constam, ainda, vários pedidos de autorização para contratações de crédito junto ao BNDES, ao BID e à Corporación Andina de Fomento (CAF), além de proposições que instituem o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (Funapol) e o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), que torna crime o porte ilegal de arma, atualmente uma simples contravenção.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h30 - Despachos internos

14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

16h30 - Participa de assinatura do Convênio Senado Federal - RBS Rural.

PLENÁRIO

11h - Sessão deliberativa extraordinária do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 61/96 - Complementar, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - Funapol; *PLC nº 64/96, que institui o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, e estabelece condições para o registro e para o porte de arma de fogo; e votação dos destaques requeridos e das emendas ao Projeto de Resolução nº 118/96, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal.

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: primeiro dia de discussão da *PEC nº 54/95, que dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 102 da Constituição federal, que trata do efeito vinculante.

COMISSÕES

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre

a MP nº 1507-15/97, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1511-6/97, que dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771/65, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte norte da região Centro-Oeste

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1508-13/97, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, dispõe sobre período de apuração e prazo de recolhimento do referido imposto para as microempresas e empresas de pequeno porte, e estabelece suspensão do IPI na saída de bebidas alcoólicas, acondicionadas para a venda a granel, dos estabelecimentos produtores e dos estabelecimentos equiparados a industrial

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente e escolha do relator. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

Ademir critica intervenção no sul do Pará

Senador sugere assentamento de posseiros em terras de fazendeiros que desejam abandonar atividade. "Esta seria a solução adequada, porque é pacífica e não contraria ninguém", afirma



Lauro Campos

Lauro teme que FHC venha a ter os problemas de Menem

Sustentando que a reeleição do Presidente significaria a perpetuação de erros graves na política econômica brasileira, o senador Lauro Campos (PT-DF) teme que Fernando Henrique Cardoso venha a ter o mesmo destino do presidente argentino Carlos Menem, que se reelegeu. Hoje, Menem, segundo Lauro Campos, enfrenta quatro greves gerais consecutivas e tem só 20% de apoio na opinião pública.

Afirmando que a população brasileira já "agüentou" dois anos do atual governante, Lauro Campos indagou: "Por que têm que haver mais duas eternidades de quatro anos deste governo?"

Ele apontou a falência de empresas, a quebra de bancos e a aquiescência do governo em ajudar o sistema financeiro como razões suficientes para o presidente Fernando Henrique não ter direito a um segundo mandato.

O senador criticou também os que definem como paranóia a preocupação com a dilapidação das riquezas nacionais por forças estrangeiras. "De acordo com essa terminologia, eu sou um paranóico. Nesse sentido, todos deveriam sê-lo, porque o Brasil tem sido constantemente espoliado em suas relações internacionais. Exportamos a preço de banana nossas riquezas e importamos buggingangas", disse ele.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) lamentou ontem que o Pará esteja novamente ameaçado de sofrer uma intervenção branca. Ele criticou decisão dos ministros Raul Jungmann, da Reforma Agrária; Nelson Jobim, da Justiça; e Zenildo Lucena, do Exército, de enviar tropas ao sul do Pará para desarmar posseiros e fazendeiros.

- Essa posição é de quem não entende do assunto ou não quer resolver-lo - afirmou.

Ademir Andrade sugeriu que o governo federal negociasse com os inúmeros fazendeiros paraenses que querem desfazer-se de suas propriedades, e que assente os trabalhadores sem-terra. Esta seria a solução adequada, porque é pacífica e não contraria ninguém, observou. Segundo o senador, até



Ademir Andrade

agora o governo só fez legitimar a posse das áreas que foram invadidas pelos sem-terra, pois "não há um único assentamento no Pará".

Na opinião do senador, se as tropas forem enviadas, somente os trabalhadores rurais serão desarmados, perdendo importante instrumento de defesa e sobrevivência: as espingardas utilizadas na caça de alimentos.

Para Ademir Andrade, o problema da região é o desemprego, que aumentou com o fim do garimpo de Serra Pelada e a desativação das madeireiras, devido às restrições na exploração do mogno. Outro problema seria a "falta de respeito e consideração" com o estado, um dos que menos tem recebido recursos orçamentários federais.



Osmar Dias

Osmar desmente negociação para retornar ao PSDB

O senador Osmar Dias (PR) desmentiu ontem nota publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual ele e alguns deputados estariam negociando a entrada no PSDB para que o Ministério dos Transportes seja dado "ao estado do Paraná, na pessoa de Álvaro Dias", irmão do senador. "É uma indignidade, uma mentira e uma injustiça", afirmou.

Ele disse que está sendo convidado a ingressar em vários partidos, inclusive no PSDB, mas, conforme garantiu, todos sabem que o partido ao qual vier a se filiar terá de aceitar "a postura de independência" com que assumiu o mandato parlamentar.

Essa independência, de acordo com o senador, é demonstrada pelos próprios motivos que o levaram a desligar-se do PSDB. Segundo disse, o fato resultou de ter sido citado como traidor no partido, depois de ter assinado o requerimento pela formação da CPI dos Bancos, pedido licitação pública para o Sivam e se manifestado contra o acordo do Banespa.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ), que presidia o partido na época do desligamento de Osmar Dias, testemunhou que este jamais vinculou suas posições a qualquer pedido. Disse, também, que o senador paranaense sempre falou em seu próprio nome, jamais utilizando-se do fato de ser irmão de Álvaro Dias.

Benedita pede esclarecimento sobre exploração de florestas

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) encaminhou requerimento à Mesa do Senado solicitando informações do ministro Gustavo Krause sobre as áreas florestais passíveis de exploração pela iniciativa privada, conforme estudo em andamento no Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

Benedita da Silva argumenta que as informações por ela solicitadas são de fundamental importância para "um debate mais amplo por parte da sociedade" em torno da questão.

Segundo a senadora, o *Jor-*

nal do Brasil publicou recentemente matéria noticiando a intenção do governo de permitir que empresas privadas explorem 39 áreas florestais,



Benedita da Silva

por meio de concessões. O jornal afirma que essa medida depende apenas da aprovação do presidente Fernando Henrique.

No requerimento, Benedita pede ainda esclarecimentos sobre as áreas e os espécimes florestais passíveis de exploração econômica e sobre os parâmetros que o governo pretende incluir no contrato de concessão para garantir uma exploração ecologicamente sustentável.

Hollanda tem proposta para o Nordeste

Região constitui um problema nacional, a ser resolvido a médio prazo, afirma senador, que apresenta em plenário 12 sugestões para o desenvolvimento

Escórcio nega informação da Folha de S. Paulo



Escórcio

"Não sou proprietário de rádio, jornal ou outro veículo de comunicação", disse o senador Francisco Escórcio (PFL-MA), ao repudiar matéria publicada neste domingo pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

Dizendo-se vítima da insinuação de que estaria incentivando a formação de rádios piratas, o senador informou ao plenário que enviou ao ministro Sérgio Motta e ao delegado do Ministério das Comunicações em São Luís ofícios informando que não dispõe de organismos de comunicação no Maranhão, nem em qualquer outra parte do País.

Escórcio explicou que, na data mencionada pelo jornal, encontrava-se realmente no interior do Maranhão, participando da posse de 15 prefeitos eleitos com o seu apoio: "Me solicitaram entrevista para uma rádio. Eu dei a entrevista como político, sem abalar em nada o regimento do Senado. Por isso, repudio a matéria, que atinge a minha reputação", frisou.

Depois de afirmar que o Nordeste não é apenas um problema regional, mas um problema nacional a ser resolvido a médio prazo, o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) apresentou ontem ao plenário 12 sugestões para desenvolver a região. Para ele, o Brasil só poderá "hastear a sua bandeira no clube dos países do Primeiro Mundo" se colocar em prática medidas para reduzir as desigualdades regi-



Hollanda

onais no País.

Entre as sugestões de Joel de Hollanda estão uma política eficiente de utilização das águas para irrigação, a reforma agrária, combate ao analfabetismo, fortalecimento do turismo e dinamização da Sude-ne, do Banco do Nordeste, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).

Cabral homenageia Barbosa Lima Sobrinho

"Durante anos a fio, como jornalista e defensor intransigente dos direitos do cidadão, Barbosa Lima Sobrinho foi profeta de importantes acontecimentos ocorridos neste país e oráculo das boas e também das más notícias." A afirmação foi feita ontem pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), ao celebrar os 100 anos desse jornalista, advogado e político.

Para Cabral, em sua longa trajetória, Barbosa Lima Sobrinho teve pelo Brasil uma paixão "que sempre foi

superior aos equívocos dos governantes".

O senador lembrou sua convivência com Barbosa Lima Sobrinho, de 1979 a 1983, quando Cabral foi secretário e depois presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, testemunhando o eficiente trabalho do homenageado à época em que ambos eram membros natos do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, ocasião em que foram "intransigentes defensores do respeito ao ser humano".



Bernardo Cabral

Benedita crê em paz no Oriente Médio

"A paz entre as comunidades israelense e palestina está mais próxima após o Acordo de Hebron, firmado na semana passada", disse ontem a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao elogiar o líder palestino Yasser Arafat e o primeiro ministro Benjamin Netanyahu pelo esforço nesse sentido.

Para a senadora, o mundo todo deseja o fim dos conflitos naquela área. "Estudos cristãos, históricos e análises recentes apontam o Oriente Médio como a região de maior importância para o século XXI. Daí a necessidade de se desenvolver uma estratégia para a convivência pacífica entre as comunidades israelense e palestina", observou.

Segundo Benedita, Yasser Arafat demonstrou boa vontade em promover o entendimento entre as regiões, "quando declarou que não quer o confronto, pois está do lado da paz". A senadora considera que tal atitude repercutiu positivamente junto aos colonos judeus que vêm fazendo da Cisjordânia o ponto mais crítico daquela área.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ERNANDES AMORIM E NABOR JÚNIOR

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney - **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos - **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros - **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim
Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares - Eduardo Suplicy
 - Emília Fernandes - Ney Suassuna

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios
Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos
Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento
Revisão - Fernando Varela e Lindolfo Amaral

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.